

Brasil: espectador ou líder?



» RAUL JUNGMMANN
Foi ministro da Reforma Agrária, Defesa e da Segurança Pública. Preside Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

Ao avaliarmos a trajetória da civilização, salta aos olhos o papel central dos minerais, utilizados com diversas finalidades, na evolução dos povos mais antigos até os dias atuais, quando influem decisivamente na transformação da geopolítica global.

Na civilização contemporânea, são os novos protagonistas, redefinindo o que significa poder no século 21. Isso em um contexto em que a transição energética, a descarbonização, a expansão da produção de fertilizantes e a soberania nacional impõem desafios inéditos.

Dominar o acesso a esses minérios é uma questão de crescimento econômico e, sobretudo, um sinal inequívoco de poder e influência internacional.

Os minérios moldaram o destino de civilizações e estiveram presentes na ascensão de impérios como o Egito Antigo, a Mesopotâmia, a Grécia Clássica, o Império Romano. No século 16, os minérios das Américas sustentaram os reinos de Portugal e da Espanha, influenciando a economia global.

Segurança mineral, ou seja, a condição de um país contar com oferta abundante de minérios, desdobra-se em diversas faces — alimentar, energética, climática, ambiental, hídrica e de soberania nacional —, demonstrando que a disponibilidade de matérias-primas é a base sobre a qual se constitui a qualidade de vida e o progresso da sociedade.

Hoje, a disputa pelo acesso aos minerais críticos e estratégicos vai além da questão comercial — é um verdadeiro torneio de xadrez geopolítico. Potências, como os Estados Unidos, a China e os países da União Europeia, agem para assegurar fontes seguras desses recursos, levando a tensões e conflitos.

Os EUA ameaçam intervir na Groenlândia — administrada pela Dinamarca — para acessar as reservas minerais estratégicas e pressionam a Ucrânia com o mesmo propósito, evidenciando a interligação entre recursos naturais e as decisões que definem o equilíbrio de poder global.

A China amplia sua influência adquirindo mineradoras, inclusive, em solo brasileiro, para assegurar uma posição dominante no processamento e na distribuição. Atualmente, ela controla cerca de 80% do processamento das terras raras, minérios indispensáveis para alta tecnologia.

Concluímos que segurança mineral se tornou sinônimo de segurança multidimensional. Os minérios interferem na segurança alimentar favorecendo a produção de fertilizantes, e na segurança energética e climática via transição para fontes de energia limpas.

Está na segurança ambiental, já que a mineração integra cadeias produtivas que resultam em tecnologias verdes para proteger biomas e evitar os danos causados pela mudança no clima; na segurança hídrica, porque sistemas de uso racional e de reúso demandam minérios e metais, presentes em diversos equipamentos.

Na segurança ou soberania nacional, a autossuficiência em minérios, como urânio (usado em energia nuclear), nióbio (aplicado em defesa) e outros utilizados em tecnologia militar e bélica é estratégica para evitar dependência externa.

A história, portanto, ensina que nações que controlaram minérios ditaram rumos econômicos: carvão britânico, petróleo saudita e, agora, os minerais críticos e estratégicos (MCEs) são a moeda do futuro. No jogo atual, o Brasil precisa evitar tornar-se mero espectador, o que exige uma postura ousada e visionária, onde o país acompanhe e determine os rumos das negociações globais.

O país tem a chance de reescrever sua história mineral — não apenas como fornecedor, mas como arquiteto de um novo capítulo industrial, agregando valor aos minerais críticos e estratégicos, meta fundamental.

No entanto, a mineração privada, sozinha, não faz milagres nesse sentido: políticas públicas para fortalecer cadeias produtivas e resolução de gargalos precisam ser adotadas, mas exigem vontade política, assim como parcerias estratégicas entre os setores público e privado.

Esse é o caminho determinante para transformar o contingente mineral brasileiro em uma verdadeira vantagem competitiva. O Brasil, com seu potencial geológico e experiência histórica em mineração, tem condições de protagonizar essa nova era da evolução. Só que o tempo é curto e a implantação de um empreendimento minerário é amplamente complexo e de longo prazo.

A consolidação de uma política de segurança mineral, embasada em estratégias integradas e alinhadas aos princípios ESG, poderá transformar o país em um dos protagonistas nessa nova fase evolutiva da humanidade. A escolha entre ser do elenco principal ou espectador dependerá da capacidade de transformar recursos inertes no subsolo em estratégia de Estado, equilibrando desenvolvimento econômico, sustentabilidade e soberania.



Estudantes X Ditadura



» JAIME PINSKY
Historiador e editor, professor titular concursado da Unicamp, doutor e livre docente da USP, escritor

Em meados de 1965, duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, os pracinhas sorocabanos receberam um diploma referente à sua participação “na luta contra o nazifascismo”. Foi por ocasião de uma sessão inusitada, realizada em um salão nobre do Gabinete de Leitura, em pleno centro de Sorocaba. Fazia um ano que os militares brasileiros haviam derrubado o governo eleito e instituído uma ditadura. Formando a mesa diretora do evento estavam autoridades militares, civis e eclesásticas. Entre as autoridades circunspectas, chamava a atenção a presença de um jovem, que conduzia a cerimônia. No público, além dos emocionados pracinhas (gente simples, que nunca havia recebido homenagem alguma), estavam suas famílias, populares, a imprensa e muitos estudantes.

Religiosos, militares e universitários juntos, em 1965, logo após o golpe militar de março de 1964? Ora, o movimento militar, que havia derrubado Jango e empalmado o poder, não era exatamente amiguiño de estudantes, muito pelo contrário. Como, então? Nada como recuperar os acontecimentos para entender essa noite inusitada.

Consumado o golpe militar de 1964, um processo repressivo contra supostos adversários se instalou em todo o país. Em alguns casos, a repressão foi desencadeada por ordem dos líderes do movimento ou de seus seguidores graduados, recebendo cobertura

da imprensa e obtendo repercussão nacional. Em cidades menores, “autoridades” que se intitulavam representantes do movimento de 1964 botaram as manguinhas de fora e se acharam no direito de decidir o que era “revolucionário” e o que era contrário aos seus alegados ideais. Militares de patente inferior e até policiais sentiram-se na obrigação de confiscar livros, impedir reuniões, fiscalizar peças de teatro e até sessões de cinema. Prendiam pessoas na base do “se eu não sei por que estou prendendo, você sabe por que está sendo preso”.

Os militares prendiam as pessoas sem muito critério, e ninguém queria ser a próxima vítima. Queríamos ter liberdade para ir à faculdade, para lecionar nos colégios (quase todos já dávamos aula) e para deixar claro que éramos contra o fascismo. Fizemos uma reunião da diretoria do “centrinho”. Alguém sugeriu que fizessemos uma comissão e fôssemos falar com o coronel de plantão na cidade. Certo, mas com o que na mão? Eles nos dariam um salvo-conduto em troca de nada? Foi quando apareceu a ideia salvadora.

E se fizessemos uma homenagem aos pracinhas sorocabanos? Afinal, eles lutaram contra o fascismo e o nazismo, e aquela havia sido a mais importante participação bélica do nosso Exército desde a Guerra do Paraguai. Se mandássemos confeccionar um diploma de agradecimento aos pracinhas por terem lutado contra o nazifascismo, os militares de hoje não poderiam questionar. Estaríamos elogiando a instituição pelo que ela fez de bom no passado. E, disse uma colega, por que não fazer uma entrega pública dos diplomas aos ex-soldados? E até entregar a um coronel, como homenagem à instituição, pela sua luta antifascista?

Com o apoio da direção da faculdade, fomos atrás do coronel. Ele marcou um

horário. Foi uma situação inusitada — estudantes, de pé, na sala do chefe militar na cidade. Duas meninas e eu expondo os fatos, da nossa maneira: que a sociedade brasileira tem uma enorme dívida para com os militares e voluntários envolvidos na campanha da Itália. Que o fim da Segunda Guerra estará completando 20 anos. Que nosso Centro de Estudos Históricos tem a função de chamar a atenção da população para efemérides importantes, e essa é muito importante. Que queríamos oferecer um diploma para todos os pracinhas vivos e para a família dos já falecidos, ressaltando a bravura, o heroísmo dos brasileiros em sua luta contra o nazifascismo. Que não poderíamos fazer isso adequadamente sem a colaboração do Exército.

O coronel disse que iria estudar o assunto, mas que via a coisa com muita simpatia e até alguma surpresa, vindo de estudantes da área de humanas. Reiterei que não havia por que ele se surpreender, uma vez que sempre fomos contra o nazifascismo, assim como ele, com toda certeza. “Claro, claro, meu jovem”, foi sua resposta. Após consultar seus superiores, o coronel me chamou de volta, me chamou pelo nome, disse que adorava história e, “sim, claro, pensei bastante e não há nada contra a homenagem, na qual estarei presente”.

Desnecessário será falar da emoção dos antigos pracinhas. Desnecessário também tentar falar da emoção, ainda maior, das famílias dos homenageados, vivos ou já falecidos, que se deram conta do significado histórico do feito de seu parente e de sua contribuição para a democracia. O público seguramente aprendeu alguma coisa com o que viu e sentiu. Nós, estudantes, voltamos a escrever nossa coluna nos jornais. Fiéis à história, leais à democracia.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Um breve olhar ao passado

A diferença fundamental entre o fanatismo político e a ciência é que enquanto um se baseia na autoridade, o outro se baseia na observação e na razão. O objetivo final da ciência é a verdade, e o da política, o poder. Passados anos da pandemia, vale observar as consequências desse debate que vão muito além das discussões entre paralisação e quarentena. No campo político, as oposições se manifestaram com união e sintonia para desacreditar todas as teses que tentavam segurar a crise.

Pessoas foram presas porque nadavam na praia, restaurantes não recebiam clientes enquanto preparavam a comida para entrega em domicílio, desemprego, economia estagnada. Crianças respirando o ar abafado por máscaras durante horas, idosos sofriam com a solidão, onde abraços plastificados, inventados por famílias criativas, amenizavam essa dor. O mundo entrava em agonia.

Diante desse cenário, um lado da sociedade apostava em provocar e disseminar a desesperança, o medo, o pavor, a insegurança entre a população vulnerável. Obviamente, esse não era o caminho. A pandemia serviu de pano de fundo para uma disputa política que vinha se arrastando havia muito tempo e que, com a crise, ganhou novos ingredientes. Criou-se, assim, uma situação esdrúxula em que a doença e o futuro da economia pareciam ter ficado em segundo plano.

O mais preocupante é ver que, enquanto a população era distraída com uma disputa que só interessava de fato aos políticos, principalmente aqueles cujo horizonte se estende apenas até as próximas eleições, os brasileiros, como fonte de onde todo o poder emana e em cujo nome é exercido, foram deixados de lado, numa peleja em que ele era o mais atingido.

Cria-se, assim, uma excentricidade em que o Estado delega a outros planos a sua função precípua de proteger o cidadão e concentra-se numa disputa envolvendo apenas seus entes políticos e interesses imediatos e de curto prazo.

Para um país continental como o nosso, o tamanho do problema exigia coordenação de esforços, e não disputas paroquiais. Deixando de lado razões políticas e científicas, até pela dimensão do problema, o caminho do meio entre a experiência sensorial dos políticos e a afirmação da razão, como base da ciência médica, era preciso. A colaboração da própria imprensa e de toda a população, sem a qual não poderia haver expressão numérica para contornar uma crise desse tamanho, foi destaque.

Dessa forma, a responsabilidade de cada um e de todos os conjuntamente, pôde fazer a diferença. Essa união de esforços parece ser a fórmula universal e que, em outras épocas, rendeu frutos positivos. Cada cidadão se empenhou pelo bem da coletividade. Muitos têm dito que é nas crises profundas que a civildade, sobretudo a empatia social, adquire mais potência para o aprimoramento da sociedade.

Nessas horas, como não seria diferente, muitos passaram a torcer para que os bancos, o sistema financeiro e todos aqueles que sempre lucraram com o capitalismo selvagem que fez de nosso país uma das sociedades mais desiguais do planeta, adiantassem-se e oferecessem voluntariamente suas contribuições para minorar os efeitos da crise. Utopia, ou não, nesse rol de favorecidos e sempre superavitários de quem se espera ajuda, incluem-se ainda as igrejas e outras instituições que sempre lucraram com isenções de impostos e o pouco controle pelos órgãos do Estado que vem fazendo a fortuna de uma minoria por décadas.

As iniciativas que chegaram ao conhecimento do público vieram, em sua maioria, por livre vontade. Médicos, enfermeiras, técnicos de enfermagem foram os grandes heróis da pandemia. Arriscaram a própria vida para salvar muitas pessoas. Pequenos e médios empresários correram para transformarem suas empresas em organizações voltadas para a produção de bens e insumos de primeira necessidade para a área da saúde. Pequenos ateliês de costura passaram a fabricar máscaras caseiras. Outros microempresários passaram a produzir máscaras de acetato e outros itens, assim como pequenos comerciantes que doaram parte de seus estoques para hospitais. Restaurantes doaram comida para os moradores de rua abandonados à própria sorte.

Paradoxalmente, o isolamento social contribuiu, de uma forma ou de outra, para que a sociedade conhecesse melhor quem são nossos políticos, banqueiros, donos de laboratórios, cientistas. Também pôde ser visto a olho nu a gestão da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A modalidade de trabalho home office, que antes era malvista por algumas empresas e por grande parte dos governos, não apenas ganhou um novo impulso, como contribuiu para frear os gráficos de contaminação, desafogando o trânsito, diminuindo a poluição e os gastos com deslocamento, consumo de outros bens e serviços, indicando a força dessa nova forma de trabalho.

Iniciativas de todas as partes surgiram a cada dia, demonstrando o potencial adormecido da população em poder servir, inclusive, mostrando a capacidade de crescer com a crise. As ações espontâneas, desde as doações de bens e outros serviços até outras iniciativas, levaram à formulação de listas para o conhecimento público com a relação daquelas empresas que contribuíram de fato com recursos para combater os efeitos da crise de saúde.

Dessa forma, o papel social desempenhado tanto por pessoas físicas, quanto por pessoas jurídicas foi destacado, e, por certo, a população há de se lembrar quem esteve de fato ao seu lado nesse momento de agonia.

» A frase que foi pronunciada

“Todos os países devem ativar imediatamente seus planos de preparação para a pandemia. Os países devem permanecer em alerta máximo para surtos incomuns de doenças semelhantes à gripe e pneumonia grave.”

Margaret Chan

» História de Brasília

A censura no Distrito Federal passará a ser de segunda-feira em diante, trabalho do jornalista José Madeira. Termina, assim, a discutida gestão de Egberto Assunção. (Publicada em 29/4/1962)